

Público

04-11-2017

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 51453

Temática: Diversos

Dimensão: 940 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 58

Globalização, corrupção e desenvolvimento económico

Oscar Afonso

Em Setembro de 2016, perante a estagnação no crescimento do volume de comércio mundial, o director-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC) afirmou que a desaceleração deveria servir de alerta, sendo particularmente preocupante no contexto do crescente sentimento antiglobalização.

Manifestava-se então contra políticas a favor do proteccionismo por supostamente penalizarem o nível de comércio e assim a criação de emprego, o crescimento e o desenvolvimento económico.

A globalização é, como se sabe, um conceito abrangente, usualmente referente à interligação das actividades económicas a uma escala global, através de movimentos de bens, serviços e factores (capital e pessoas). Embora se considere como capaz de melhorar a economia de um país, porque, por exemplo, melhora a afectação dos recursos à escala mundial e difunde o conhecimento tecnológico a nível global, essa posição continua a ser controversa. A corrupção, definida como toda a prática ou todo o comportamento desviante, tem sido identificada como um mecanismo central na relação entre globalização e desenvolvimento económico, que, como sabemos, é também um conceito vasto que envolve o crescimento económico e outros aspectos relacionados com o bem-estar de uma nação, como os níveis de educação e saúde.

Enquanto o argumento teórico dominante considera que a corrupção afecta negativamente o desenvolvimento económico, há também estudos que, pelo contrário, concluem que a corrupção pode estimular o desenvolvimento; por exemplo, facilitando transacções comerciais em condições de restrições regulatórias extremas. Também não é claro na literatura se a globalização reduz a corrupção, promovendo a transparência, ou se, inversamente, a globalização é um difusor de práticas corruptas.

Falando mais especificamente sobre cada relação entre as variáveis em jogo, comecemos pela relação entre a globalização e desenvolvimento económico. A posição teórica dominante considera, na linha da posição institucional da OMC, que a globalização melhora o desenvolvimento económico. O argumento básico é que a globalização difunde os efeitos positivos da industrialização, do *offshoring*, do *outsourcing* e do investimento directo estrangeiro (IDE). Nos últimos anos, porém, esse optimismo foi atenuado com a



constatação de que o efeito da globalização depende da capacidade do país anfitrião para absorver as novas tecnologias, necessitando, por exemplo, de um *stock* mínimo de capital humano. Não admira portanto que tenham surgido movimentos antiglobalização, segundo os quais a globalização é uma força empobrecedora dos países, que reflecte o neocolonialismo.

No que toca à relação entre corrupção e desenvolvimento económico, a posição dominante sustenta que a corrupção afecta negativamente a capacidade de desenvolvimento de um país, porque priva cidadãos comuns de bens e serviços vitais e porque impõe custos sociais severos.

Pode prejudicar o crescimento económico, essencialmente por dificultar a correcta afectação de recursos, e a quantidade e a qualidade do investimento. Assim se entende, por exemplo, que o Banco Mundial ou o Fundo Monetário Internacional sejam relutantes no apoio aos investimentos em

países corruptos. Mas há também literatura a sustentar que a corrupção favorece o desenvolvimento económico; por exemplo, ao reduzir a burocracia pode favorecer o empreendedorismo e, assim, o investimento. Certo, no entanto, é que geralmente países com os menores níveis de riqueza económica *per capita* tendem a ser os mais corruptos.

Quanto à relação entre globalização e corrupção, a posição dominante sugere que a globalização reduz a corrupção

porque traz novos mecanismos de responsabilização, instituídos pelos parceiros comerciais internacionais que pressionam o Estado a reduzir a corrupção. Assim se compreende que a corrupção seja menor nos países pertencentes a um maior número de instituições internacionais. Efectivamente, muitas instituições internacionais consideram a globalização como uma ferramenta poderosa no combate à corrupção, uma vez que pressupõe reformas estruturais e institucionais, como a liberalização dos mercados, o fortalecimento da concorrência, a transferência de tecnologia, a garantia de direitos de propriedade, o Estado de direito, a transparência e o aumento da qualidade dos serviços públicos que melhoram a atractividade do país em relação ao comércio e ao investimento. Essas reformas constituem o canal de transmissão através do qual a globalização afecta a corrupção. Mas há também literatura que sustenta que a globalização aumenta a corrupção, considerando que, pelo menos para países de baixo rendimento *per capita*, os fluxos de IDE recebidos estão associados à corrupção, hipoteticamente porque as rendas do IDE são de valor relativamente maior nesses países. A maior interação internacional pode ser problemática na medida em que a corrupção é contagiosa, pelo que, face à globalização, os países de origem exportam práticas corruptas.

Refira-se ainda que há literatura a tratar da relação inversa entre corrupção e globalização. Neste caso, há estudos que consideram a corrupção susceptível de prejudicar a globalização, porque os efeitos negativos da corrupção na transparência e na pobreza desencorajam o IDE. Outros, porém, observam que a corrupção pode melhorar a globalização e o comércio internacional, porque evita regulamentações pesadas e restrições administrativas.

Não há, portanto, consenso na literatura quanto às relações entre globalização, corrupção e desenvolvimento, porque há problemas de medida das variáveis e porque há uma série de canais contraditórios envolvidos. É o peso dos canais que determina o sentido de cada relação e não deixa de ser dependente dos conceitos avaliados – por exemplo, a medida da “globalização” é geralmente limitada à integração económica; no entanto, ao relacionar a globalização com a corrupção faria também sentido considerar a integração social (p. ex., contactos entre pessoas ou fluxos de informações) e a integração política (p. ex., relações diplomáticas e internacionais).

Presidente do Obegef – Observatório de Economia e Gestão de Fraude

“
A corrupção é menor nos países pertencentes a um maior número de instituições internacionais

